LINHA 01 – DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL

Disciplina: METODOLOGIA DA PESQUISA SOCIOJURÍDICA: EPISTEMOLOGIA, MÉTODOS E DIDÁTICA NO ENSINO JURÍDICO (2024)

Docentes: Prof. Dr. Alberto Jorge

Profa. Dra. Elaine Pimentel

Prof. Dr. Andreas J. Krell

Carga horária: 45hs

Condição da Disciplina: Obrigatória

EMENTA:

- A pesquisa sociojurídica: objetos e métodos. Métodos qualitativos: formulários, entrevistas, observação e grupos focais. O projeto de pesquisa: corte epistemológico e normas. A dissertação: normas e estrutura. Regras da ABNT. As dimensões do conhecimento e o papel do professor. Processos de ensino e aprendizagem. Ensino e aprendizagem de adultos. O currículo e sua construção: o currículo nas faculdades de direito. Significado e importância do planejamento. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. Metodologia da pesquisa jurídica forense e da pesquisa jurídica acadêmico-científica. O observador e o participante do discurso prático jurídico. Os principais problemas dos projetos e dos textos científico-acadêmicos na área do Direito.

OBJETIVO GERAL:

- Compreender e aplicar os fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa sociojurídica, com ênfase na elaboração de projetos acadêmico-científicos. Capacitar o discente a desenvolver e implementar métodos de pesquisa, conforme as normas técnicas da ABNT, e integrar o conhecimento adquirido ao processo de ensino e aprendizagem no campo do Direito, com foco na construção de currículos, avaliação e no papel do docente no ensino jurídico.

OBJETIVOS ESPECIFÍCOS:

- Compreender e aplicar os fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa sociojurídica, com vistas ao aprimoramento da produção acadêmica e científica no campo do Direito;
- Capacitar o discente na elaboração de projetos de pesquisa e dissertações, seguindo as normas da ABNT, com foco na organização;

- Analisar criticamente o papel do docente no ensino jurídico, com base nas principais teorias educacionais, identificando as competências para a prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- O conteúdo programático da disciplina será organizado em três módulos, sendo cada um deles ministrado por um dos seguintes professores: Profa. Dra. Elaine Pimentel, Prof. Dr. Alberto Jorge e Prof. Dr. Andreas J. Krell, respectivamente. As aulas serão ofertadas de forma independente, com cada módulo abrangendo um conteúdo específico que, em conjunto, compõe a totalidade da disciplina, conforme detalhado a seguir:

MÓDULO I – Metodologia da pesquisa sociojurídica

1. A pesquisa sociojurídica: objetos e métodos.

2. Métodos qualitativos: formulários, entrevistas, observação e grupos focais.

3. O projeto de pesquisa: corte epistemológico e normas.

4. A dissertação: normas e estrutura.

5. Regras da ABNT.

MÓDULO II – Educação e didática no ensino jurídico

1. A relatividade da verdade: certeza e verdade.

2. Teorias que fundamentam a educação: noções.

3. Conhecimento e Informação: características das funções psicológicas superiores; conhecimento, habilidade e atitude

4. A educação e suas modalidades; processo educativo

5. Função docente: saber ensinar; processos de ensino e de aprendizagem; competências necessárias à prática pedagógica; interação professor aluno

6. Técnicas de Ensino: método tradicional; métodos modernos: as chamadas metodologias ativas; dinâmica e dinâmica de grupo

7. Aprendizagem significativa

8. Andragogia

9. Planejamento: significado e importância

10. Currículo: teorias curriculares; um currículo para as Faculdades de Direito

11. Avaliação: avaliação e cotidiano; concepções de avaliação; avaliando alunos de Direito

MÓDULO III – Metodologia da pesquisa jurídica acadêmico-científica

1. O Direito como ciência sui generis; a "juris-prudência" como arte prática; o hiato entre teoria e prática na área do Direito.

2. O operador jurídico e o pesquisador acadêmico-científico do Direito: metodologias diferentes; o desafio da "interdisciplinaridade" na pesquisa jurídica;

3. O participante e do observador da interpretação/aplicação do Direito; a importância de trabalhos acadêmico-dogmáticos para o progresso do Direito;

4. Os principais problemas dos projetos de pesquisa e dos textos acadêmicos da área do Direito; a questão do "marco teórico".

BIBLIOGRAFIA GERAL:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma Metodologia da Pesquisa em Direito. Revista CEJ, n. 7, 1999, 143-150. Disp.: www.aureliano.com.br/downloads/ basesmet.pdf.

ADEODATO, João Maurício. Ética e Retórica. São Paulo: Saraiva, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: Teoria e Prática da Monografia para os Cursos de Direito. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BORDENAVE, Juan Díaz & PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1989.

BORGES, L. F. F. Currículo, cultura e docência: uma tríade integrada. In: GALVÃO; SANTOS (Org.). Educação: tendências e desafios de um campo em movimento. Brasília: ANPEd, 2008, p. 9-24.

CARVALHO, J. A.; CARVALHO, M. P.; BARRETO, M. A. M.; ALVES, F. A. Andragogia, considerações sobre a aprendizagem de adultos. Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente, Porto Alegre, n. 1, vol. 3, p. 58-90, abr. 2010.

FERREIRO, Emília. Atualidade de Jean Piaget. Trad. E. Rosa. Porto Alegre: Arimed, 2001.

FLORES, Maria Assunção. Formação inicial de professores: dilemas e desafios. In: JANICAS, J. (coord.). O professor no século XXI. Formação e Intervenção. Actas das II Jornadas Pedagógicas da Escola Secundária D. Duarte, Centro de Formação Ágora, Coimbra, 2005. p. 98-125.

FRAZÃO, Lilian Meyer & FUKUMITSU, Karina Okajima (Orgs.). Gestalt - Fundamentos epistemológicos e influências filosóficas. São Paulo: Summus, 2013.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

LAÊRTIOS, Diôgenes. Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres. Trad. Mário Kury. Brasília: FUB/UNB, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

MOREIRA, Marco Antônio. Teorias de Aprendizagem. São Paulo: EPU, 2011.

NEVES, Marcelo. Pesquisa interdisciplinar no Brasil: o paradoxo da interdisciplinaridade. In: Crítica à dogmática: dos bancos acadêmicos à prática dos tribunais. P. Alegre: S. Fabris, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich W. Obras incompletas. Trad. Rubens R. Torres Filho. (Os pensadores) São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NOBRE, Marcos et alii. O que é pesquisa em Direito? São Paulo: Quartier Latin, 2005.

PAVLOV, Ivan /SKINNER, Burrhus F. Obras incompletas. (Os pensadores) São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PEREIRA NETO, Caio Mario da Silva; MATTOS, Paulo T. Lessa. A crise da pesquisa em Direito no Brasil: armadilhas e alternativas ao formalismo jurídico. Disponível em: https://pt.scribd.com/document /183419246/crise-da-pesquisa-juridica-no-brasil-pdf.

PERLS, Frederick. Gestalt-terapia Explicada. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Summus, 1976.

PIAGET, Jean. A epistemologia genética. Trad. Nathanael C. Caixeira. Petrópolis: Vozes, 1971.

PIAGET, Jean. A equilibração das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PRIGOGINE, Ilya. O Fim das Certezas: tempo, caos e as leis da natureza. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 1996.

ROLDÃO, Maria do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 34, jan./abr. 2007, <www.scielo.br /scielo.php?pid=S1413-24782007000100008&script=sci_arttext> Acesso set 2012

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. Lisboa: Afrontamentos, 2010.

SILVA, Kátia A.C.P. Cordeiro; BATISTA, Anelice da S.; BORGES, Lívia F. Fonseca. I Curso de Formação de Formadores. ENFAM. Brasília, 2012.

SILVA, Kátia A.C.P. Cordeiro. Procedimentos didáticos e pedagógicos e avaliativos inerentes à prática docente. Brasília, ENFAM, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

STREEC, Danilo; REDIN, Euclides & ZITKOSKI, Jaime (Org.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmem V.R.; BARTHOLO JR., Roberto S.. O professor e o ato de ensinar. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 689-698, set./dez. 2005.

VERONESE, Alexandre; FRAGALE FILHO, Roberto. Pesquisa em Direito: a duas vertentes vs. a não pesquisa. In: SILVA, Larissa T.; XIMENES, Julia M. (coords.). Ensinar direito o Direito. São Paulo: Saraiva, 2015, pp. 299-336.

VIGOTSKY, L. S. A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKY, L. S. Psicologia Pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WANDER BASTOS, Aurélio. O Ensino Jurídico no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.